



Especialização em  
**GESTÃO  
PÚBLICA  
MUNICIPAL**

**Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE**  
Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia

# A PUJANÇA DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS MEDIANTE O PLANEJAMENTO URBANO

Roselane da Silva Paiva

Jataúba  
2022

Roselane da Silva Paiva

# A Pujança Dos Pequenos Municípios Mediante O Planejamento Urbano

Monografia apresentada junto à Unidade de Educação a Distância e Tecnologia – EADTec/UFRPE como requisito parcial para conclusão da Especialização em Gestão Pública Municipal.

Orientador(a): JACKSON EDUARDO  
GONÇALVES

Jataúba  
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

P149p Paiva, Roselane da Silva  
A Pujança Dos Pequenos Municípios Mediante O Planejamento Urbano / Roselane da Silva Paiva. -  
2022.  
49 f. : il.

Orientador: JACKSON EDUARDO GONCALVES.  
Inclui referências, apêndice(s) e anexo(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,  
Especialização em Gestão Pública Municipal, Recife, 2022.

1. Pequenos Municípios. 2. Desenvolvimento Urbano. 3. Gestão Urbana. 4. Desenvolvimento  
Sustentável. 5. Planejamento Urbano. I. GONCALVES, JACKSON EDUARDO, orient. II. Título

CDD 350

---

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Roselane da Silva Paiva

## **A Pujança Dos Pequenos Municípios Mediante O Planejamento Urbano**

Monografia apresentada junto à Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia – UAEADTec/UFRPE como requisito parcial para conclusão da Especialização em Gestão Pública Municipal.

**Aprovada em 23 / 09 / 2022**

**Banca Examinadora:**

---

**Jackson Eduardo Gonçalves (EADTec/UFRPE)**  
Presidente e Orientador(a)

---

**Abinair Bernardes da Silva**  
Examinador(a)

---

**Anderson Góis Marques da Cunha**  
Examinador(a)

*Dedico este trabalho aos filhos ausentes de Jataúba, que por falta de iniciativa dos governantes, lhes faltou oportunidade de trabalho.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, o grande arquiteto, que por sua infinita bondade me concede vida e aperfeiçoamento espiritual e intelectual, fazendo - se presente nos momentos mais difíceis, me fortalecendo em meio ao caminho e me dando inteligência e sabedoria para seguir na minha vocação.

A minha família, meu maior patrimônio, pela força e incentivo que a mim dão, me encorajando na busca pelo conhecimento, e, apesar das dificuldades e dos obstáculos que se levantam para me fazer desistir, sempre me fazem ver a grandiosidade do propósito pelo qual eu luto.

Aos meus professores e coordenadores do EADTec/ UFRPE, que apesar da distância e de nunca tê - los conhecido fisicamente, já fazem parte da minha trajetória como grandes mestres que indicaram o caminho do conhecimento do maravilhoso mundo da Gestão Pública Municipal, agradeço pelo esforço em lecionar os ótimos conteúdos, apesar das adversidades. Vocês ficarão sempre guardados na minha memória e no meu coração.

Ao meu Orientador, o Professor Jackson que pacientemente me acompanhou, ainda que remotamente, sem os seus apontamentos seria impossível a execução deste trabalho, grata pela paciência para comigo.

Aos meus colegas do Pólo Santa Cruz do Capibaribe, assim como os dos demais Pólos, unidos pela tecnologia, foram essenciais nos momentos difíceis desta trajetória, e em especial a representante Jessika Silveria, pelo apoio incondicional nas nossas demandas, os levarei sempre no meu coração, desejo a todos grande sucesso em suas carreiras e que sejam recopensandos à medida dos vossos esforços.

A todos, minha gratidão, e meus desejos de felicidade, paz, amor, alegria e sucesso em tudo. Obrigada

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo comprovar a necessidade do planejamento urbano para a pujança socioeconômica em cidades de pequeno porte, a partir da explanação sobre desenvolvimento sustentável obtido através de políticas urbanas e da implementação de iniciativas propostas para o município de Jataúba. O referencial teórico contemplou discussões acerca do desenvolvimento socioeconômico sustentável, os impactos do planejamento urbano na economia dos municípios, a agenda 2030 e as estratégias para o desenvolvimento. Os procedimentos metodológicos adotados consistiram em revisão de literatura e análise de indicadores regionais e municipais. Os dados obtidos indicam que o município observado é carente de iniciativas e políticas de promoção ao desenvolvimento socioeconômico e tem potencial para de crescimento junto ao Polo de Confecções do Agreste. Com base nos resultados e discussões apresentadas, considera-se que a elaboração do Plano diretor para os pequenos municípios é responsável pela organização do território urbanizado, e associado a mecanismos de incentivo empreendedor possibilitam o pleno desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Planejamento Urbano. Gestão urbana 2. Desenvolvimento Sustentável.

## **ABSTRACT**

This research aims to prove the need for urban planning for socioeconomic strength in small cities from the explanation of sustainable development obtained through urban policies and the implementation of initiatives proposed for the municipality of Jataúba. The theoretical framework included discussions about sustainable socioeconomic development, the impacts of urban planning on the economy of municipalities, the 2030 agenda and strategies for development. The methodological procedures adopted consisted of a literature review and analysis of regional and municipal indicators. The data obtained indicate that the observed municipality lacks initiatives and policies to promote socioeconomic development and has the potential for growth with the Agreste Confections Pole. Based on the results and discussions presented, it is considered that the elaboration of the Master Plan for the small municipalities is responsible for the organization of the urbanized territory, and associated with mechanisms of entrepreneurial incentive make possible the improvement of the urban environment.

Keywords: Urban Planning. Urban management 2. Sustainable Development.



## LISTA DE SIGLAS

CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUDS	Conferência Das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável
CONDEPE/FIDEM	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RD	Região de Desenvolvimento

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>11</b>
2.1 IMPACTO DA GESTÃO URBANA EM PEQUENOS MUNICÍPIOS	12
2.2 DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL	15
2.2.1 Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	16
2.2.2 Planejamento Urbano e Pujança Municipal	18
2.3 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E URBANO NO MUNICÍPIO DE JATAÚBA	22
2.3.1 Características dos Pequenos Municípios Pernambucanos	23
2.3.2 Características Socioeconômicas e urbanas do município de Jataúba - PE	26
2.3.3 Ações de Desenvolvimento para Jataúba - PE	29
<b>3. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>36</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>39</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>43</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que o planejamento urbano em grandes e médias cidades proporciona melhorias na qualidade de vida dos usuários, com a interação entre diversas áreas de estudos como, sanitaristas, urbanistas, economistas, advogados, psicólogos entre outros profissionais, os municípios podem crescer e além de tudo, se desenvolver, tanto na economia, quanto nas mais diversas áreas da vivência social, de acordo com Bento et al. (2018) os instrumentos de planejamento urbano são importantes para o desenvolvimento de políticas a fim de equilibrar a dinâmica populacional e o desenvolvimento do território, estimulando o crescimento da cidade e assim, se adaptando às condições adversas. Portanto, este estudo pretende analisar quais os benefícios que o pequeno município pode usufruir com a implantação de uma política urbana voltada para a dimensão populacional da cidade.

De acordo com o Brasil (2010) a Lei nº 10.257 denominada Estatuto das cidades, em seu Art. 41 obriga municípios com população superior a 20 mil habitantes a elaborarem e implementarem o Plano Diretor, além de cidades onde exista a possibilidade de um grande avanço urbano em um curto período de tempo, sendo assim balizador do crescimento ordenado, o presente estudo abordará a questão do desenvolvimento sustentável, sendo este muitas vezes esquecido pelos gestores em municípios de pequeno porte, um destes, Jataúba, um pequeno município pernambucano, com população de 17.305 pessoas (IBGE 2021), estando fora da obrigatoriedade do Plano diretor, municípios semelhantes, só atém-se ao fator do planejamento e desenvolvimento local quando a demanda por intervenção passa a ser obrigatória ou exigida de acordo com a necessidade e situação.

Com a finalidade de propor opções de gestão urbana no município referido, em virtude do potencial econômico do mesmo por está inserido no Polo de confecções do Agreste, porém, com a ausência de políticas e incentivos de desenvolvimento socioeconômico, a cidade tem sua pujança estagnada a tempos, aumentando em perímetro urbano, porém minguando em desenvolvimento econômico, social e urbano. Não serão apontados, portanto, de intervenções urbanísticas no campo de obras públicas, mas intervenções de

gestão, propondo mudanças e implementações estratégicas nas políticas públicas do município de Jataúba.

Para tanto, objetivo principal deste trabalho é propor estratégias de planejamento e gestão urbana no município de Jataúba a fim de promover o desenvolvimento sustentável local, para atingir o objetivo principal será necessário explicar o desenvolvimento sustentável obtido através de políticas urbanas, avaliar implementação do planejamento urbano no município de pequeno porte, prevendo um desenvolvimento socioeconômico sustentável, assim como a aplicação dos conceitos nas ações propostas para o município de Jataúba.

Este estudo está dividido em três tópicos, no primeiro será abordado os impactos do planejamento urbano em municípios de pequeno porte e qual a relevância da sua dinâmica no processo de desenvolvimento de uma localidade, no segundo tópico será apresentado o conteúdo teórico referente ao desenvolvimento urbano sustentável, relacionando a temática as metas da agenda 2030 da ONU à pujança de um município, por fim, será apresentada uma análise geral e resumida sobre o estado de Pernambuco a fim de contextualizar a dinâmica econômica a qual o município de Jataúba integra no estado e na sua região de desenvolvimento, e por fim, um estudo de caso do município propondo políticas urbanas destinadas baseada nos conhecimentos adquiridos no referencial teórico e nos dados levantados.

Para a estruturação deste trabalho foi utilizado uma abordagem qualitativa, a fim de compreender os fenômenos sociais e aspectos do desenvolvimento socioeconômicos, a natureza deste estudo é de pesquisa aplicada, onde os resultados possibilitam a aplicação dos resultados obtidos, descrevendo as principais referências teóricas sobre o tema além dos dados relevantes para a formação do panorama do município de Jataúba, portanto, como procedimento técnico para esta pesquisa, será apresentado uma pesquisa bibliográfica, tanto de autores de referência sobre a temática, como de produções acadêmicas assim como o levantamento de dados do IBGE, a exemplo do PIB *per capita* e estimativa populacional sobre o município e região como também de dados do IDHM obtidos do CONDEPE-FIDEM

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

O desenvolvimento urbano de um município é um dos principais propósitos dos gestores públicos, pois através das políticas públicas postas em prática, é possível atingir um desenvolvimento econômico sustentável, contribuindo diretamente na qualidade de vida dos munícipes. Para Souza (2008), o verdadeiro desenvolvimento urbano não se trata apenas da expansão urbana e sua crescente complexidade no “crescimento econômico e da modernização tecnológica” (SOUZA, 2008, p. 101), para ele o autêntico desenvolvimento é a mudança sucessiva para melhor, sendo uma frequente “busca de mais justiça social e melhor qualidade de vida para o maior número possível de pessoas” (SOUZA, 2008, p. 100).

Premissa do desenvolvimento de uma localidade, o planejamento urbano tem o poder de definir os rumos econômicos baseados nos estudos e análises empreendidos por diversos especialistas de várias dimensões com o intuito de compreender a dinâmica funcional do município a se intervir, Fábio Duarte define que “O planejamento urbano deve almejar lidar de forma equilibrada e equânime com as dimensões ambiental, econômica, social, infraestrutural, gerencial e territorial que abrangem a vida urbana” (DUARTE, 2011, p. 77), isto posto, o planejamento cujo propósito seja o desenvolvimento local, deve ser formulado de maneira equilibrada entre as esferas, resultando em mudanças na sociedade.

O instrumento norteador do município capaz de assegurar o autêntico desenvolvimento econômico é o Plano Diretor, de acordo com Duarte (2011), através dele, a gestão “estabelece as diretrizes para o desenvolvimento socioeconômico equilibrado”, ele ainda salienta que o termo “equilibrado” aqui utilizado refere-se a fundação de diretrizes cujo intuito seja o bem coletivo. Jacobs (2020), salienta que de nada tem valor planejar a aparência, limitando a reforma urbana a estética, sem considerar as peculiaridades e funcionalidades da mesma “não leva a nada, a não ser a problemas” (JACOBS, 2020, p. 14), o fato é que, muitos gestores tornam a Gestão Urbana supérflua, transformando os municípios em canteiros de obras que muitas vezes ficam inacabadas quando o prefeito idealizador é substituído pelo próximo eleito que não finaliza as obras já existentes, priorizando a construção de outras novas obras, assim a cidade além de ser um canteiro de obras agrega ainda o aspecto de um cemitério de

obras inacabadas que, com o passar dos anos vão perdendo a capacidade até mesmo de serem concluídas posteriormente dado aos danos das depredações, assim, administração após administração, têm - se reduzindo o valor das ações de planejamento a mera maquiagem da cidade, não atentando para os reais problemas sociais e infraestruturais do município.

A obrigatoriedade do Plano diretor apenas para os municípios com população superior a 20 mil habitantes ou com grandes intervenções eminentes, tem deixado o processo de desenvolvimento econômico dos pequenos municípios mais lento, sendo o Plano diretor um instrumento de regulação do espaço municipal, quanto ao uso do solo, BARBOSA (2017), relata que, uma cidade que cresce sem o controle no uso do solo não pode ser definida como portadora de um desenvolvimento equilibrado, e para isso, deve-se conhecer bem a área de intervenção.

O planejamento urbano segundo Cidades (2004), não deve refletir “apenas os interesses do mercado imobiliário, do capital e das elites fundiárias” (CIDADES, 2004, p. 37), salientando ainda que, a propriedade deve cumprir sua função social como estabelecido no Estatuto da Cidade, sendo esta função social quando atendido os requisitos do Plano diretor.

Para melhor entendimento do processo de desenvolvimento socioeconômico sustentável, serão apresentados a seguir como a gestão urbana eficiente contribui beneficentemente com o crescimento dos pequenos municípios, será explorado ainda o termo desenvolvimento sustentável, suas características e proposições mediante a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e por fim, apresentaremos algumas estratégias para uma gestão urbana eficiente e com resultados benéficos aos pequenos municípios.

## 2.1 IMPACTO DA GESTÃO URBANA EM PEQUENOS MUNICÍPIOS

Desde a sua instituição em 2001, a Lei federal 10.257/2001 denominada Estatuto das cidades, pouco ou nada mudou nos municípios com população inferior a vinte mil habitantes, o estabelecimento de diretrizes e ferramentas, uma destas, o Plano Diretor, foi exigido apenas dos municípios médios e grandes, deixando de lado os municípios que mais necessitam de políticas públicas para

o planejamento e desenvolvimento urbano. Para melhor compreensão sobre a temática da gestão urbana deve - se entender o que de fato engloba o assunto, portanto, a seguir, serão definidos os conceitos de pequenos municípios, planejamento e gestão urbana, utilizados neste trabalho.

Pequenos municípios são considerados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas todos os aglomerados urbanos cuja população seja inferior a 20.000 habitantes. Planejamento é definido por Marcelo Lopes de Souza como sendo “a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra” (SOUZA, 2010, P.46), portanto, planejamento urbano seria a atividade de prever os problemas da cidade propondo melhorias a curto, médio e longo prazo com a finalidade de zerar a possibilidade de problemas maiores no espaço urbano ou no mínimo estabelecer ações reparadoras.

O conceito de Gestão Urbana é definido por Souza (2010), como remetido ao presente, ou seja, “administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentes disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas” (SOUZA, 2010, P.46). Portanto, “planejamento e gestão são distintos e complementares”. Desenvolvimento local é “um processo interno registrado em pequenas unidades territoriais e em agrupamentos humanos capazes de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população” (MALMEGRIN, 2014, p. 29).

Com a definição destes conceitos podemos então concluir que o desenvolvimento socioeconômico local baseados nas temáticas da gestão urbana são mecanismos de planejamento e gestão urbanas de qualidade com a finalidade de proporcionar ao habitante - neste caso de pequenos municípios – a possibilidade de uma economia local pujante, em que a qualidade de vida da população seja garantida e a participação da população de um fator primordial para as tomadas de decisões da gestão.

É através das iniciativas do poder local que as políticas urbanas tem o poder de promover a ampliação e promover o melhor aproveitamento dos recursos ambientais e financeiros que propiciam as melhorias no território municipal com ações planejadas e baseadas nas recomendações e estudos.

O texto do Estatuto das Cidades apresenta ainda um conceito relevante para a compreensão da temática da gestão urbana, o significado da função

social da propriedade que, segundo a constituição de 1988 no artigo 39 é quando a propriedade urbana atende às exigências especificadas no Plano Diretor relacionadas às demandas sociais quanto a qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas. Portanto, resguardado sob o Plano Diretor, a gestão urbana deve promover o aproveitamento do território urbano de forma eficaz e igualitária.

É notório que no Brasil mediante as variáveis socioeconômicas consequência da grande extensão do nosso território, esta disparidade entre os núcleos urbanos é a principal causa das intervenções insatisfatórias, para Waldeck Ornelas, o melhor é considerar antes de tudo o porte da cidade, para então “identificar as necessidades de estudos e pesquisas correspondentes a elaboração de planos, programas e projetos (ORNELAS, 2020, p. 18)”. Portanto, a aplicação de planos diretores não deveria ser algo imposto por um governo centralizador sem a observância dos condicionantes socioeconômicos locais.

Segundo a lógica do conceito de planejamento que é prever os problemas futuros e assim pensar em soluções antecipadamente, no planejamento urbano com foco no pleno desenvolvimento socioeconômico da cidade pequena, a interferência do poder público nas criações e instituições do Plano Diretor assim como os demais instrumentos definidos para a organização do espaço urbano, é essencial para que a cidade cresça em tamanho, qualidade e ordenamento territorial, sobre isto, Ornelas ainda afirma que

“... é preciso começar a definir o jogo quando elas ainda estão pequenas – e são entre nós a maioria- de forma a moldar o futuro; as metrópoles e as grandes cidades, por sua vez, viciadas em automóveis estão sendo vítimas de overdose e precisando passar por grandes transformações; (ORNELAS, 2020, p.36)”

No que se refere ao planejamento de cidades pequenas em crescimento que não sofrem os males dos aglomerados urbanos como as médias e grandes cidades, o planejamento urbano preventivo seria, portanto, a melhor estratégia para as referidas cidades, outro grupo de cidades onde também seria essencial a criação dos planos diretores são aquelas em processo de emancipação ou recém emancipadas, no § 4º do art. 18 da carta magna, são especificados os critérios para a criação dos novos municípios que na redação da emenda



constitucional nº 15 de 12 de setembro de 1996 passou a exigir a divulgação do Estudo de Viabilidade Municipal como um dos requisitos, contudo, a inclusão da exigência de um plano diretor para os recém criados município poderiam conduzir os mesmos a um desenvolvimento econômico e ambiental sustentável.

Sobre a sustentabilidade das cidades, Ornélas (2020), reflete que

Viver de transferências constitucionais obrigatórias condena a prefeitura a cuidar vegetativamente apenas e tão somente de sua automanutenção, sem recursos para atuar na área social, na infraestrutura, na prestação de serviços públicos, no bem-estar das pessoas e na qualidade urbana. (ORNELAS, 2020, p. 61).

De acordo com o autor, o município sustentável é aquele que provê os recursos para sustento das despesas internas sem a total dependência dos repasses externos.

## 2.2 DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento sustentável foi empregado em 1987 no Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento criada pela Assembleia Geral da Nações Unidas, definindo o conceito como “O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades (CMMAD, 1987)”, portanto o relatório possibilita que a sociedade, agora e posteriormente tenham a possibilidade de se desenvolverem social e economicamente fazendo uso razoável dos recursos naturais.

O termo tornou-se conhecido após a conferência denominada RIO 92 ou ECO – 92 ocorrido na cidade do Rio de Janeiro em 1992, como resultado desta, foi elaborada a Agenda 21, um plano de ações globais, nacionais e locais dispostas a ponderar e cooperar sobre os problemas socioambientais com os mais diversos setores da sociedade. Neste período, a expressão desenvolvimento sustentável passou a ser associada às questões ambientais, evoluindo posteriormente para a integração entre proteção do meio ambiente, inclusão social e crescimento econômico. Após diversas cúpulas multilaterais, a

elaboração da Declaração do Milênio e dos Objetivos do desenvolvimento do Milênio e sua aprovação em setembro de 2000 no Fórum do Milênio e sintetizadas no 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (Figura 01), sendo assim constituídas as primeiras políticas de desenvolvimento.

Figura 1: 8 objetivos de Desenvolvimento do Milênio.



Fonte: Geração Social.

Vinte anos após a RIO 92, em 2012 foi renovado o compromisso global na Conferência Das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável (CNUDS) mais conhecida como RIO +20, iniciou-se então o processo de consulta global para a definição de objetivos universais. No ano de 2015 foram então estabelecidos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável adotados da 70ª Assembleia Geral da ONU onde foi também instituído a agenda global “Transformando o nosso mundo: a Agenda Para o Desenvolvimento Sustentável de 2030.

### 2.2.1 Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

A Agenda 2030 aprovada por 193 países membros da 70ª Assembleia Geral da ONU em 2015 é sintetizada em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas específicas a serem cumpridas até 2030. Estes objetivos podem ser compreendidos como uma lista de ações que o poder

público, o setor privado, a academia, a sociedade geral e organizada possam usar como referência na criação de políticas públicas. No apêndice A pode ser observado uma síntese de cada ODS.

Sendo o foco deste trabalho as questões relacionadas a urbanidade e infraestrutura dos pequenos municípios, será destacado aqui apenas o 11 ODS que aborda a cidade e a sua sustentabilidade, por conseguinte, observe-se o apêndice B onde são apresentadas as metas a serem atingidas descritas na Agenda 2030 relacionados ao 11º Objetivo.

Percebe-se, no entanto, que as ações propostas pelos 17 ODS estão mais vinculadas aos municípios e estados do que a federação brasileira, Santos e Boselli (2021), definem o conceito de “localização” ou “territorialização” como

“o processo de adaptação da Agenda 2030 para os contextos subnacionais – estaduais e municipais – considerando a possibilidade de criação de objetivos e metas adaptados às realidades locais, a definição de meios de implementação, bem como o uso de indicadores para medir e acompanhar o progresso do desenvolvimento local. (SANTOS, BOSELLI, 2021, p.49)”

Assim, a territorialização acontece quando os gestores incluem os ODS nas atividades e políticas públicas locais, pois é onde, na realidade acontece o desenvolvimento, para isso é necessário o conhecimento do município localizando e desagregando as informações e indicadores, a produção do Diagnóstico Situacional Municipal de Indicadores ODS é o primeiro passo pois vai apresentar como está o desenvolvimento econômico e social local, em seguida, é feita a avaliação das áreas que o município demanda mais atenção, tendo as áreas identificadas, é necessário o planejamento das políticas.

Ao analisarmos as metas estabelecidas pelas Nações Unidas, e levarmos em consideração os conceitos já expostos sobre planejamento e gestão urbana, podemos concluir que os municípios que são objeto de estudo deste trabalho ainda têm um longo caminho rumo ao mínimo de desenvolvimento recomendado, consequência de política públicas ineficazes ou inexistentes de gestores municipais despreparados, ou desprovidos de uma equipe qualificada para o planejamento das ações do governo. Para auxiliar o gestor na obtenção dos indicadores e informações, o PNUD – Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento – elaborou a Coletânea Territorialização dos ODS contendo quatro guias de auxílio no processo de localização das ações dos ODS.

Os objetivos estabelecidos pela comunidade internacional abrangem diversas áreas de atuação do poder público, porém, a agenda esclarece que é essencial a participação de toda a sociedade, inclusive do setor privado a fim de alcançar êxito nos propósitos até o ano de 2030.

### 2.2.2 Planejamento Urbano e Pujança Municipal

Conforme apresentado anteriormente, o planejamento urbano deve ter por finalidade além do ordenamento territorial, a promoção de políticas públicas que impulsionem o dinamismo socioeconômico do município de implementação. Através da organização do espaço urbano e uma legislação de uso do solo é possível incentivar o aprimoramento de bens e serviços em uma localidade até então dotada de características de cidades sem desenvolvimento, a fim de promover a competitividade no comércio local, induzindo a melhoria da qualidade dos serviços prestados e promovendo a diversidade dos mesmos.

Thiago Jardim (2019), afirma que “a otimização do uso do solo se traduz em maiores receitas para lojas e empresas maior dinamismo e acessibilidade, maiores valores da terra e das propriedades” Portanto as intervenções urbanas embasadas em dados relevantes sobre o município a ser trabalhado permite a plena utilização do território urbano, fazendo-se cumprir o preceito da função social estabelecida na Constituição Federal de 88.

O Plano Diretor Municipal é o instrumento pelo qual todas as ações das políticas urbanas devem ser balizadas e implementadas. As diretrizes propostas pela política urbana municipal devem abranger desde a distribuição democrática e participativa do uso do solo urbano até às demandas de infraestrutura.

Embora as políticas urbanas sejam apenas uma parte de um contexto governamental do município, as decisões tomadas interferem na dinâmica da cidade, sobretudo naquelas com porte pequeno. As atividades econômicas são influenciadas pelo dinamismo e densidade local assim como também pela infraestrutura urbana e a atividade turística da região, desde modo, a inter-

relação das diversas frentes de atuação demanda a existência de planejamento conjunto com as demais secretarias da cidade.

Segundo Mello (2018), a consolidação da urbanização no Brasil

“não foi acompanhada de investimentos adequados em infraestrutura, especialmente em habitação e saneamento, e menos ainda de instrumentos e processos permanentes de planejamento e gestão capazes de orientar a expansão adequada das áreas urbanas e promover a inclusão social” (Mello, 2018, p. 19).

É possível, portanto, compreender que ao longo do período de industrialização do Brasil e com a rápida expansão da população urbana iniciada por volta de 1960, as cidades foram se adaptando de forma precária, iniciando então, um dos principais problemas urbanos nacionais, o Déficit habitacional.

Conforme exposto, infere-se que embora o conceito de desenvolvimento remete apenas ao crescimento econômico, a gestão municipal deve ater-se ainda ao desenvolvimento social e ao desenvolvimento urbano a fim de promover a equidade no crescimento local.

Para Francisco Llorens

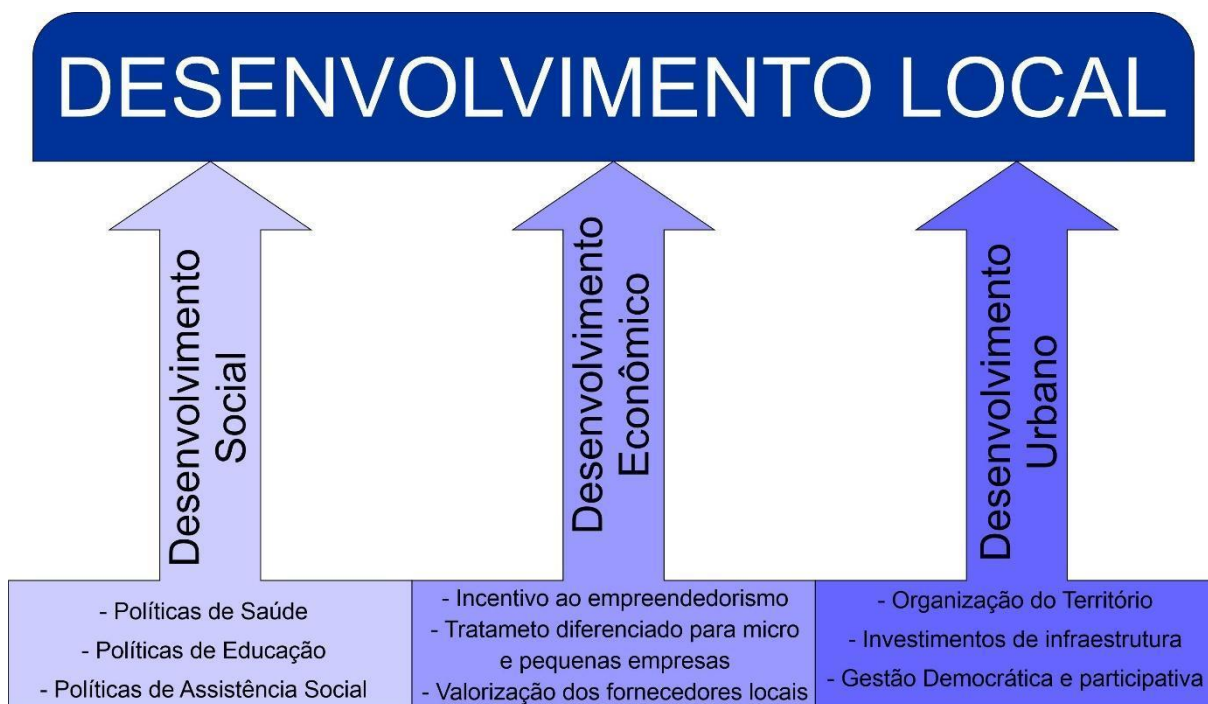
“A criação de um entorno territorial inovador, configura-se, pois, como um dos principais objetivos de tais iniciativas de desenvolvimento econômico local, já que o território é também, como vimos, um ator decisivo do desenvolvimento, e como tal desse ser dotado de componentes de qualidade para incentivar a criatividade e a capacidade empresarial” (LLORENS, 2001, p. 81).

O entorno territorial, conforme cita o autor, refere-se, além da formação de redes de cooperação local entre as prefeituras, centros de capacitação, instituições de ensino, classe empresarial e organizações cívicas com a finalidade de promover o aumento da produção eficiente e impelindo a competitividade do mercado local.

É relevante a consideração de que os programas da gestão municipal, postos em prática de maneira isolada guiado pela cooperação assistencial ou solidária em prol dos grupos mais vulneráveis, sobre isto, Llorens discorre que por evidências empíricas “a via assistencial ao desenvolvimento local é insuficiente, como estratégia, para tirar esses grupos de sua situação indefesa e

marginal”, por isso, é interessante a integração de políticas públicas de diversas esferas, entre elas, o planejamento urbano, a fim de alcançar o pleno desenvolvimento econômico, social e urbano como exemplificado na figura 02.

Figura 2: Estruturação do Desenvolvimento Local.



Fonte: Elaborado pela autora do trabalho baseado em Mello (2018).

Observando a figura 2 vê-se que o desenvolvimento local está embasado sobre três pilares sendo estas três áreas de atuação do governo municipal. O desenvolvimento social é descrito por Leonardo Mello como sendo aquele que, uma vez alcançado, a população terá mais acesso a bens e serviços, para ele “é esperado, do ponto de vista da qualidade de vida, que haja um aprimoramento natural, resultante do trabalho coletivo do conjunto” (MELLO, 2018, p. 9), para atingir a sua plenitude são necessárias políticas eficazes de saúde, de educação e de assistência social, podendo existir redes de cooperação entre as municipalidades da região ou mesmo com entidades da sociedade organizada.

O desenvolvimento econômico é descrito pelo autor como “políticas ou linha de ação que podem ser usadas na abordagem e a identificação de oportunidades de ação que promovam o desenvolvimento econômico local” (MELLO, 2018), sendo a esfera municipal vocacionada para exercer este papel

de facilitador e impulsionador por ser o ente federativo mais próximo da população. Entre as ações, o incentivo ao empreendedorismo local, com facilitação no acesso a serviços financeiros e tecnologia, o tratamento diferenciado para os micros e pequenos empreendedores locais com simplificação das inscrições das empresas e a redução de exigências e tributações, assim como a valorização dos fornecedores locais, tanto pela população, como principalmente pelo governo municipal, dando prioridade para as compras locais.

Por fim, o terceiro pilar, o desenvolvimento urbano que, em suma, é o ordenamento e estruturação do meio urbano com a finalidade de promover a utilização do território de forma democrática e participativa primando pelo cumprimento da função social da terra. Além da organização territorial, a gestão municipal deve investir na infraestrutura do município como a requalificação de espaços livres públicos atrativos à população, a manutenção das vias e preservação do patrimônio ambiental, histórico e cultural. As melhorias devem ser idealizadas com a participação popular, em iniciativas como através da criação ou revisão periódica do Plano Diretor Municipal que por meio da participação popular em todas as fases, deve atender as demandas da população local. É válido salientar que os três pilares devem coexistir para o desenvolvimento equilibrado e sustentável.

No contexto das políticas urbanas, a fim de melhorar a compreensão do objetivo da pesquisa, será utilizada a classificação empregada por Garcias e Bernardi (2008), que classifica as funções sociais da propriedade urbana especificadas no artigo 182 da Constituição Federal, utilizada aqui como norte para as áreas de análise e atuação das políticas urbanas, esta classificação está representada no quadro 01 a seguir.

Quadro 1 – Funções Sociais da cidade

<b>Funções Urbanísticas</b>	<b>Funções de Cidadania</b>	<b>Funções de Gestão</b>
Habitação	Educação	Prestação de Serviços
Trabalho	Saúde	Planejamento
Lazer	Segurança	Preservação do Patrimônio Cultural e Natural
Mobilidade	Proteção	Sustentabilidade Urbana

Fonte: (GARCIAS; BERNARDI, 2008, p. 10) Adaptado pela autora do trabalho.

De acordo com a tabela, as funções urbanísticas envolvem políticas públicas relacionadas ao contexto urbano de um município, ou seja, a facilidade do munícipe no acesso a habitação, as ofertas de trabalho e lazer e a mobilidade no município, tanto aos moradores como aos visitantes. A função de cidadania compreende as áreas de gestão essenciais como a oferta de educação, os serviços de saúde, a garantia da segurança e proteção dos munícipes. A função social de gestão engloba o gerenciamento dos serviços prestados pelo poder público, o planejamento das ações, o gerenciamento e preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental do município e a sustentabilidade da cidade.

### 2.3 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E URBANO NO MUNICÍPIO DE JATAÚBA

Perante os conceitos e pensamentos apresentados nas seções anteriores, serão tratados doravante, algumas ferramentas de planejamento urbano que fomentam o processo de desenvolvimento dos municípios de Jataúba, estas ferramentas serão apresentadas como alternativas aos gestores públicos e governantes municipais. É importante destacar que, embora as intervenções da gestão urbana sejam o foco do presente trabalho, outras áreas do governo municipal interferem diretamente no processo rumo ao



desenvolvimento socioeconômico sustentável. Outrossim, o conceito “local” que usualmente determina um recorte do território, que em nosso estudo poderia ser definido pelo limite do município, recentemente é aplicado a sua regionalidade. Llorens (2001), argumenta que “atualmente, há um entendimento de que o âmbito “local” influencia e é influenciado pela esfera regional (estadual), por todo o país (âmbito nacional) e ainda por outras esferas”, por essa razão as ações devem ser formuladas em conjunto com todos os setores do governo municipal além da coadjuvação com entidades regionais, estaduais e federais.

Para que haja clareza quanto ao contexto urbano que se aplica as estratégias propostas neste estudo, a saber, o município pernambucano de Jataúba, será exposto adiante, uma análise do referido município além de uma síntese sobre alguns outros municípios da região de desenvolvimento relevantes para a compreensão da colocação de Jataúba nos indicadores.

### 2.3.1 Características dos Pequenos Municípios Pernambucanos

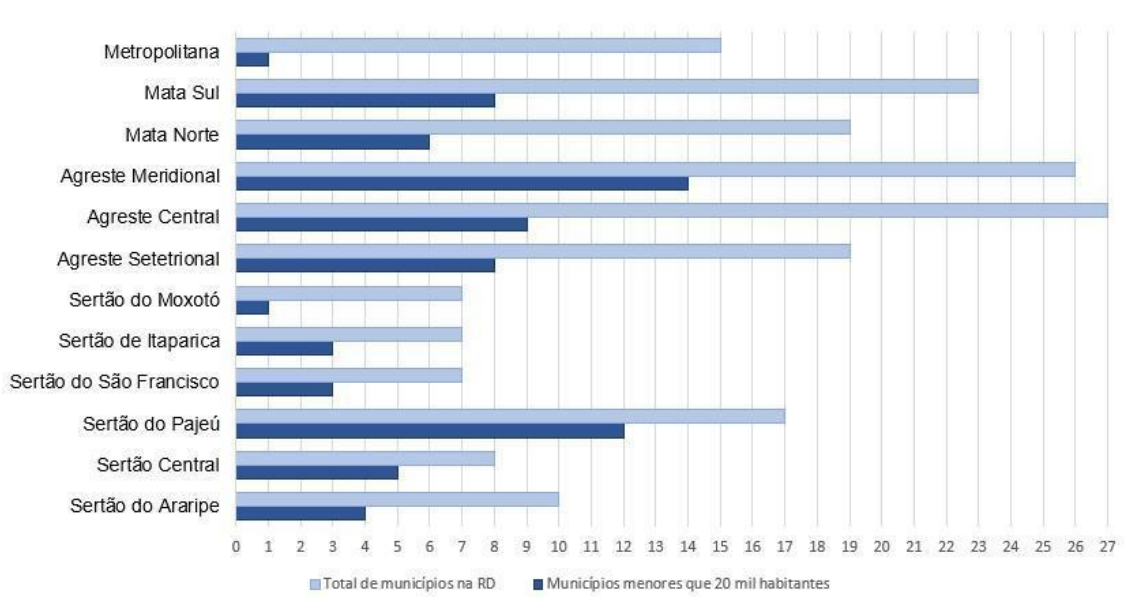
A fim de compreender a posição do município em destaque dentre os demais no contexto regional, foram coletados no IBGE os dados referentes a estimativa populacional para 2021 dos municípios, sendo este o indicador populacional mais recente, em síntese, serão tratados as localidades com até vinte mil habitantes, sendo estes, os quais o Estatuto das Cidades não prevê obrigatoriedade de Plano Diretor. Ainda foram coletados os números do PIB *per capita* de 2019 destas urbanizações, divulgados pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE-FIDEM) assim como os números do Ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da CONDEPE-FIDEM de 2010, compondo o IDHM que mede o desenvolvimento humano do município, tem-se o IDHM Renda, representando a renda média de cada munícipe, o IDHM Longevidades que é a média de vida da população local e o IDHM Educação, que compreende a média de anos de escolaridade de adultos e crianças.

Entre as 185 cidades de Pernambuco, 71 dessas possuem população inferior a vinte mil habitantes, representando 40% dos municípios, alcançando 954.182 munícipes, cerca de 10% da população do estado estimada em

9.662.577 pessoas (IBGE, 2021). Na tabela do Apêndice C podem ser identificados os 74 municípios e os dados supracitados reunidos em ordem crescente correspondendo ao número de habitantes sendo o município de Fernando de Noronha o menor e Afrânio o maior, além dos indicadores do PIB *per Capita*, o IDHM e o número populacional, estão descritas as Regiões De Desenvolvimento (RD) do estado de Pernambuco (mapa de divisões ilustrado no anexo A)

Na análise dos dados, pôde-se constatar que a maior parte dos municípios de pequeno porte estão localizados na RD do Agreste Meridional e no Sertão do Pajeú como pode ser observado na figura 03 que retrata a quantidade de municípios em cada RD e o total destes que possuam população inferior a vinte mil. É válido notar-se que em cada Região há pelos menos uma municipalidade categorizada, a exemplo de Betânia, no Sertão do Moxotó e Fernando de Noronha na Região Metropolitana, sendo este último uma localidade de especial interesse turístico, estando coberto pela obrigatoriedade de elaborar o Plano Diretor apesar da reduzida população residente.

Gráfico 1 – Número de municípios da Região de Desenvolvimento e quantidade destes que possuem até vinte mil habitantes.



Fonte: Elaborado pela autora do trabalho.

Segundo as informações apresentadas na tabela do Apêndice C, os municípios de Itacuruba, Brejão, Paranatama e São Vicente Férrer, apesar de apresentarem uma economia pujante, listados com o PIB *per Capita* acima de R\$ 12.000, ainda constam no Ranking do IDHM de 2010 como localidades de menor desenvolvimento humano do estado o que significa que, apesar da circulação do dinheiro está ocorrendo de forma ativa, os recursos não atendem às demandas essenciais da população. Na RD do sertão do Pajeú, onde 71% dos municípios se enquadram no objetivo de estudo deste trabalho, 7 dos 12 ocupam posições entre os 100 primeiros do Ranking de 2010, a maioria destes com PIB *per Capita* médio de R\$ 8.000.

A região onde está localizado o município de Jataúba, a RD do Agreste Central que abrange 27 cidades das quais apenas 9 destes se classificam como sendo de pequeno porte. Nesta região está localizado o município de Caruaru, um dos núcleos econômicos do estado, sendo denominada como “A Capital do Agreste” dada a sua importância como polo médico, educacional e sobretudo cultural e financeiro devido a tradição da feira livre que atrai comerciantes e compradores de todo o estado e fora dele, sendo parte integrante do polo de confecções.

As atividades econômicas relacionadas ao Polo de Confecções do Agreste que abrangem principalmente os municípios de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe tem influenciado diretamente os aspectos socioeconômicos de boa parte das localidades circunvizinhas, sendo a principal fonte de renda de várias localidades como Taquaritinga do Norte, Surubim, Altinho, Brejo da Madre de Deus e Jataúba. Além dos municípios pernambucanos, a produção e comercialização das confecções engloba municípios do estado da Paraíba como o de Congo e Camalaú, tendo a mesma relevância econômica de renda aos moradores.

É evidente, portanto, que a atividade econômica supracitada demanda total atenção dos gestores em decorrência ao grande impacto causado pela dinâmica financeira relacionada ao comércio de mercadorias e prestação de serviços da região, fortalecendo o potencial turístico, cultural, ambiental e econômico, promovendo a sua integração com melhorias da infraestrutura

urbana. As políticas urbanas regionais, tem sido objeto de estudo de acadêmicos e profissionais que se deparam com questões de caráter ambiental e social, questões como as relacionadas a mobilidade reduzida em dias de funcionamento da feira da sulanca, infraestrutura deficitária e insuficiente para atender as demandas dos turistas e sobretudo dos munícipes, a ausência de planejamento das expansões urbanas, além dos entraves causados por Planos Diretores ineficazes quanto ao ordenamento do território.

### 2.3.2 Características Socioeconômicas e urbanas do município de Jataúba - PE

O município de Jataúba teve sua origem as margens do Riacho Jundiá, quando as sombras do “Jatobazeiro” semanalmente era realizada a “feira de gado”, em 1979 a localidade foi elevada a distrito do município do Brejo da Madre de Deus em 1879 nominada de Jatobá do Brejo. Em 1943 a vila passou a chamar-se Jataúba, e em 2 de março de 1962 foi elevada a município.

Na tabela 1, em resumo, os indicadores utilizados na análise do município

Tabela 1 – Resumo dos indicadores utilizados no estudo

<b>Indicador</b>	<b>Unid.</b>	<b>Origem/ano</b>
Área Territorial	714,601 Km <sup>2</sup>	IBGE 2021
População Estimada	17.305 hab.	IBGE 2021
PIB <i>per capita</i>	R\$ 7.890,00	CONDEPE-FIDEM
IDHM	0,530	CONDEPE-FIDEM
Densidade demográfica	23,53 Hab/Km <sup>2</sup>	IBGE 2010
Receitas oriundas de fontes externas	92,2%	IBGE 2015
Domicílios com água encanada	24, 74%	Portal Atlas Brasil, 2017
Esgotamento Sanitário	55,9%	IBGE 2010
Urbanização de vias públicas	0,8%	IBGE 2010

Fonte: Elaborada pela autora do trabalho.

O município é constituído por 714, 601 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2021), de área territorial, estando localizada na mesorregião do Agreste Pernambucano e na Microrregião do Vale do Ipojuca. A população de 17.305 segundo a estimativa para 2021 é 9,4% maior que a população do censo de 2010 que era de 15.819 habitantes, estando na média regional estimada para crescimento, a densidade demográfica de 23,53 Hab/Km<sup>2</sup>, sendo a menor densidade populacional da região que compreende os municípios de Jataúba, Brejo da Madre de Deus (59,26 hab/km<sup>2</sup>), Santa Cruz do Capibaribe (261,20 hab/km<sup>2</sup>), Toritama (1.383,21 hab/km<sup>2</sup>) e Caruaru (342,07 hab/km<sup>2</sup>), considerando os dados, atente-se para o fato de o município ser o menor em população dentre os cinco listados a pouco, porém, com o 3º maior território dentre estes. De acordo com a tabela do Apêndice C, a cidade possui um PIB *per capita* de R\$ 7.890,00 sendo o 7º menor dos municípios com população inferior a vinte mil habitantes situados na Região de Desenvolvimento do Agreste Central. No Ranking do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios Pernambucanos (Anexo 02), Jataúba ocupa o 173º lugar dos 185 municípios do estado com IDHM de 0,530, sendo considerado baixo para o estado de Pernambuco.

Como já mencionado, o município de Jataúba está localizado geograficamente no Agreste pernambucano e integra a economia do Polo de Confecções, sendo a principal produtora da moda íntima comercializada nas feiras da região. Boa parte da matéria prima utilizada para a produção semanal é oriunda do município de Santa Cruz do Capibaribe, isto significa que, embora os comerciantes do município tenham constante entrada de recursos, o recolhimento de impostos dos insumos e os lucros não são destinados na circulação da economia local pela ausência de ofertas atrativas para a produção da indústria local.

Segundo o IBGE (2015), 92,2% da receita local é resultante de repasses externos, ou seja, o município é dependente destes recursos, tornando – se uma cidade insustentável. O município apesar de estar diretamente ligada aos demais municípios da região, não possui políticas públicas que estimulem a competitividade e o aumento nos investimentos das micro e pequenas empresas, por efeito disso, a maioria dos empreendedores e funcionários locais trabalham informalmente, privando-se dos benefícios e garantias trabalhistas.

Complementarmente a indústria de confecções, a economia municipal também é enriquecida por duas outras áreas, o agronegócio, em especial a caprinocultura com a comercialização da carne e do leite dos animais e a fabricação e comercialização da renda renascença.

Relacionando o cenário local com a classificação das funções Sociais descritas por Garcias e Bernardi (2008) apresentados na tabela 1 da página 23, o município de Jataúba, segundo o Portal Atlas Brasil, apenas 24, 74% dos domicílios possuem água encanada em 2017 e de acordo com o IBGE (2010), o município detém 55,9% de esgotamento sanitário, evidenciando a carência de infraestrutura tanto das edificações mais recentes como as mais antigas. Quanto ao percentual de urbanização de vias públicas, segundo o IBGE (2010), é de 0,8% o que quer dizer que em 2010, data do último censo, para cada 1000 domicílios localizados na zona urbana, apenas 8 possuíam estruturas de calçadas, pavimentação e bueiros. Os números agora apresentados, retratam um município sub estruturado para seus habitantes.

As funções de trabalho, as gestões executivas das últimas décadas têm se eximido da busca de novos investidores que propiciem abertura de novas vagas de empregos e dinamismo à economia local, se limitando no fornecimento de vagas para o funcionalismo público sem estabilidade, comprometendo demasiadamente a folha de pagamento. Apesar das possibilidades de impulsionar o empreendedorismo e ampliação dos negócios, segundo o mapa de empresas do município (BRASIL, 2022), existem atualmente 315 empresas ativas distribuídas em todos os ramos de atividade, dentre estas, apenas 64 empresas registradas como atividades relacionadas a confecção e comercialização de vestuários, portanto, a ausência do incentivo para a formalização de empresas traz a estagnação na economia do município e impede a geração de postos de trabalhos com garantias para o colaborador, acarretando a redução da arrecadação inibindo o aumento da produtividade e competitividade, princípios impulsionadores para a saúde econômica da máquina pública municipal.

Nas funções urbanísticas de lazer e mobilidade, Jataúba se mantém como investimentos básicos na adequação e requalificação dos espaços urbanos,

ações de adaptação da acessibilidade em edifícios públicos, assim como melhorias genéricas do Sistema de espaços livres públicos que não chegam a atender as demandas dos munícipes.

A classe das funções de cidadania não será aprofundada neste trabalho dada a temática urbana proposta para o mesmo, todavia os itens desta classificação corroboram de maneira direta ou indireta nas proposições de políticas públicas com o fim de promover o crescimento socioeconômico de uma localidade.

A sustentabilidade urbana, item classificado como função social de gestão, pode ser compreendido além do aspecto ambiental, tratando-se, porém, do caráter de autossuficiência de uma cidade se desenvolver através do planejamento e a instituição de instrumentos legislativos auto aplicáveis, como o plano diretor municipal participativo. Contextualizando a cidade de estudo, Jataúba não possui uma política de planejamento e gestão urbana consolidada além da instituição do Imposto Predial e Territorial Urbano, levando o município a suportar uma infraestrutura deficitária sem projetos e recursos de melhoria para seus usuários.

Analisando o panorama do município, verifica-se a ineficiência da gestão dos governantes nas iniciativas de desenvolvimento da localidade, sendo a causa da desorganização do território urbano, além da ausência de infraestrutura nas áreas periféricas, assim o município tem o crescimento estagnado.

### 2.3.3 Ações de Desenvolvimento para Jataúba - PE

Ante o exposto no tópico anterior deste estudo, pôde-se compreender as lacunas existentes nas políticas de desenvolvimento sustentável para os municípios de Jataúba. Esta carência de investimentos e iniciativas são resultado de várias gestões políticas descompromissadas com a melhoria da qualidade de vida da população Jataúbenses.

A busca por alternativas em prol do pleno desenvolvimento sustentável expostas a seguir, foram elaboradas especificamente para o município de estudo

e idealizadas pela autora deste trabalho, onde as sugestões são propostas guiadas por critérios estabelecidos pelas metas da Agenda 2030 associadas ao conhecimento adquirido na bibliografia consultada, sendo, portanto, iniciativas consolidadas por diversas localidades, sendo real as possibilidades de sucesso dada a sua implementação. Para tanto, será utilizada a classificação do quadro 03 (página 28) como base para as políticas de desenvolvimento propostas. Apesar da influência das diversas áreas no processo de crescimento socioeconômico do município de Jataúba, este estudo dará ênfase às políticas urbanas, destacando os itens de habitação, trabalho e lazer, inseridos nas funções urbanísticas, e planejamento, preservação do patrimônio cultural e natural e sustentabilidade urbana da função social de gestão.

- FUNÇÕES URBANÍSTICAS

**HABITAÇÃO** – Os problemas de habitação identificados em Jataúba são oriundos da ausência de organização do solo urbano e infraestrutura. Ações como a elaboração da lei de uso e ocupação do solo com a finalidade de promover a melhor distribuição do território assim como a incorporação dos conjuntos habitacionais (construídos em áreas afastadas das áreas já urbanizadas) no traçado existentes promovendo o adensamento das áreas desabitadas entre estes, inclusive com obras de saneamento, pavimentação e fornecimento regularizado de água e energia. A instituição de uma política de regularização fundiária para a entrega dos títulos aos residentes de diversas propriedades urbanas ainda irregulares, facilitando o acesso a financiamento para melhorias das edificações que não oferecem qualidade de habitação. Simplificação dos processos de alvará de construção, com a redução dos tributos para obras residenciais com até 80,0 m<sup>2</sup> de área construída, permitindo que o proprietário de baixa renda possa regularizar a construção do seu imóvel fornecendo suporte técnico através de parceria com os conselhos regionais de Arquitetura e Engenharia.

**TRABALHO** – As políticas de trabalho cumprem a função da gestão pública de promover o acesso a bens e serviços e melhoria da qualidade de vida. Além do incentivo ao empreendedorismo, o gestor local deve, através da legislação municipal, simplificar a regulamentação nos processos dos cadastros municipais para os micro e pequenos empreendedores, reduzindo as exigências



e tributações. A inserção do município no Programa Cidade Empreendedora do Sebrae e a implementação da lei geral das micro e pequenas empresas objetivando incentivar os empresários locais a buscarem melhorias para o seu negócio. O poder público deve buscar por empreendimentos da região, dispondo de benefícios econômicos para implantação de mais empresas, indústrias e serviços, fornecendo capacitação técnica aos trabalhadores através de cursos profissionalizantes.

LAZER – A promoção de iniciativas recreativas de uma cidade, além de suprir uma demanda populacional é capaz ainda de gerar emprego e renda a uma comunidade. A valorização dos espaços livres públicos do município de Jataúba, ao longo de décadas tem sido pauta de discussões da sociedade, apesar dos investimentos, praças e demais vazios urbanos não apresentarem usos atrativos a ocupação dos munícipes, resultado de projetos sem a participação popular. É necessário, portanto, dotar estes espaços de vegetação natural, concedendo aos usuários opções saudáveis e aprazíveis de socialização.

- FUNÇÕES DE GESTÃO

PLANEJAMENTO – A elaboração do Plano Plurianual por ser um instrumento obrigatório para o gestor municipal, deve ser executado de forma responsável, com observância dos indicadores municipais e baseados nos 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável. A elaboração do plano diretor participativo, mesmo sem a obrigatoriedade do Estatuto das Cidades, é a principal política urbana capaz de promover a utilização do solo urbano de maneira sustentável e democrática, esta lei de organização do território baliza a expansão do tecido urbano de acordo com as diretrizes do planejamento. Outro item relevante é o planejamento das obras públicas, sendo a ausência deste, a principal causa de existirem inúmeras obras inacabadas, deixando o espaço urbano repleto de espaços ociosos.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL – Criar ações de descarte adequado para os resíduos das confecções, dando destinação correta, criar cooperativas e capacitações para recicladores convertendo em renda para estes a reutilização das sobras de tecidos.

Impulsionar a cultura de caprinos, concedendo ajuda de crédito aos produtores, assim como a promoção turística do município através do resgate da Feira do Bode.

**SUSTENTABILIDADE URBANA** – O incentivo do governo local na utilização de energias limpas como a energia solar nas micro e pequenas empresas de confecções com a abertura de uma linha de crédito especial para a compra do maquinário necessário. Abertura de novos espaços livres públicos, dispondo de alternativas diversas de usos para os bairros distantes da região central do município como também nos distritos, com a finalidade de promover maior contato com a natureza entre os usuários, melhorando a qualidade de vida dos munícipes.

Dadas as propostas, apresenta-se a seguir o quadro resumo das ações, separados ante a classificação anteriormente descrita, estas propostas devem ser implementadas a fim de promover o desenvolvimento urbano e econômico do município de Jataúba.

Quadro 2 – Propostas de intervenções para o município de Jataúba-PE

<b>Funções</b>	<b>Área</b>	<b>Ações Propostas</b>
<b>Funções Urbanísticas</b>	Habitação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lei de uso e ocupação do solo</li> <li>- Regularização Fundiária</li> <li>- Alvará Social</li> </ul>
	Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Simplificação da regulamentação para abertura de micro e pequenas empresas</li> <li>- Inserção do município no Programa Cidade Empreendedora do Sebrae</li> <li>- Concessão de benefício para captação de indústrias e empresas</li> <li>- Capacitação técnica</li> </ul>
	Lazer	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Requalificação dos espaços livres existentes</li> <li>- Inserção de massa vegetal urbana</li> </ul>

Funções de Gestão	Planejamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração e Implementação do Plano Diretor Participativo</li> <li>- Elaboração do Plano Plurianual</li> <li>- Planejamento de Obras Públicas</li> </ul>
	Preservação do Patrimônio Cultural e Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de cooperativa de reciclagem dos resíduos têxteis</li> <li>- Crédito aos produtores de caprinos</li> <li>- Resgate da Feira do Bode</li> </ul>
	Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crédito para aquisição de equipamento de energia limpa para micro e pequenas empresas de confecção</li> <li>- Criação de espaços livres públicos nos bairros distantes da região central</li> </ul>

Fonte: Elaborada pela autora do trabalho.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desta pesquisa, pôde-se concluir que a utilização do plano diretor é o instrumento primordial e norteador do desenvolvimento sustentável de uma localidade, ele deve ser a principal política pública de governo dos gestores municipais comprometidos com os 17 Objetivos da Agenda 2030 estabelecidos pela ONU com a territorialização das metas, este instrumento é capaz de promover o crescimento dos pequenos municípios quando utilizado de forma democrática e participativa, pois a implementação das estratégias de planejamento e a gestão urbana impulsionam a economia local com a chegada de investidores externos, a criação de novas empresas e o consequente aumento da qualidade de vida dos cidadãos. A pesquisa contribuiu para a compreensão do conceito de desenvolvimento local, apresentando a estruturação do fenômeno que só é viável através de ações equilibradas em três áreas, sendo elas, o desenvolvimento social, o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento urbano, onde o desequilíbrio é o resultado do insucesso de todas as demais áreas.

Através dos indicadores apresentados neste estudo, pôde-se assimilar o contexto que engloba o município de Jataúba e sua colocação no meio socioeconômico do estado de Pernambuco, assim como as demandas rumo ao desenvolvimento e suas possibilidades de crescimento no Polo de Confeções do Agreste e nos demais segmentos econômicos locais, evidenciando, portanto, alguns obstáculos que limitam o município de seguir no caminho do desenvolvimento. Foram apresentadas propostas de intervenções com prioridade na ampliação de políticas urbanas e socioeconômicas com o propósito de suprir as reivindicações da população e promover a organização do território, antecipando as soluções para os problemas comuns de uma cidade em crescimento, contribuindo para a elevação da qualidade do espaço urbano e conseqüentemente proporcionando aos habitantes do município melhorias essenciais para a vivência de qualidade.

O objetivo de explicar o desenvolvimento sustentável e as políticas urbanas que o compõem foi alcançado, assim como a avaliação da implementação de políticas urbanas para pequenos municípios, a exemplo de Jataúba, como a implantação do plano diretor participativo, atingiu-se ainda o objetivo de avaliar e aplicar políticas urbanas nas propostas de intervenção elaboradas com base no contexto local de Jataúba e no conhecimento adquirido ao longo deste trabalho, assim, o objetivo da pesquisa foi alcançado, apresentando ações de gestão e planejamento urbano atrelado a estratégias socioeconômicas propiciando assim o pleno desenvolvimento.

Assim, o resultado principal desta pesquisa foi expor os benefícios que o município de Jataúba, sendo este de pequeno porte, pode desfrutar de qualidade de vida quando tem políticas urbanas, econômicas e sociais que impulsionam o seu desenvolvimento e elaboradas segundo a realidade urbana e socioeconômica, dotando os Jataúbenses de infraestrutura adequada, empregabilidade regularizada e organização do seu território.

Apesar da coleta dos indicadores do município de Jataúba, este estudo não pôde aprofundar-se nas análises devido ao amplo período entre o último censo do IBGE em 2010 e a atualidade, limitando o panorama local da realidade. Devido a limitação do tempo da pesquisa, não foi possível a realização de um

questionário destinado a população residente no município estudado, indagando sobre as percepções a respeito de políticas urbanas como a elaboração e implementação do plano diretor participativo, além da opinião popular sobre as políticas de desenvolvimento sustentáveis.

Apesar dos resultados obtidos através deste, é notório o grande conteúdo ainda a abordar sobre a temática de desenvolvimento sustentável e mais especificamente às políticas urbanas direcionadas para este fim e a participação popular como requisito essencial para o cumprimento da função social do território, colaborando para a sustentabilidade do município e a melhoria da qualidade de vida dos Jataúbenses.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Sávio Felipe Pereira et al.. **As limitações das políticas de planejamento urbano para as pequenas cidades**. Anais III JOIN / Edição Brasil... Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/49565>>. Acesso em: 15/10/2021 09:33

BENTO, Sarah Corrêa; CONTI, Diego de Melo; BAPTISTA, Rodrigo Martins; GHOBIL, Carlos Nabil. AS NOVAS DIRETRIZES E A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO URBANO PARA O DESENVOLVIMENTO DE CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade: GeAS**, São Paulo, v. 7, ed. 3, p. 469-488, set./dez 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4716/471659747007/471659747007.pdf>. Acesso em: 3 out. 2022.

BIROCHI, Renê. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: CAPES, 2015. 134 p. ISBN 978-85-7988-262-3. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145396/1/PNAP%20-%20Modulo%20Basico%20-%20GP%20-%20Metodologia%20de%20Estudo%20e%20de%20Pesquisa%20em%20Administracao.pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Lei 10.257 de 10 de julho de 2001. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

BRASIL (Brasil). Governo Federal. Painel Mapa de Empresas. *In*: BRASIL (Brasil). Governo Federal. **Painel Mapa de Empresas**. Brasil, 6 jul. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapa-de-empresashttps://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapa-de-empresas>. Acesso em: 10 ago. 2022.

CIDADES, Ministério das. **Plano Diretor Participativo**: Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. [S. l.: s. n.], 2004. 160 p. Disponível em: [http://ww3.ufrpe.br/moodle/pluginfile.php/115409/course/section/19773/Livro\\_Plano\\_Diretor\\_GUIA\\_DE\\_ELABORACAO.pdf](http://ww3.ufrpe.br/moodle/pluginfile.php/115409/course/section/19773/Livro_Plano_Diretor_GUIA_DE_ELABORACAO.pdf). Acesso em: 15 out. 2021.

CIDADES e Estados: Jataúba. *In*: IBGE (Brasil). **Cidades e Estados**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/jatauba.html>. Acesso em: 5 out. 2021.

CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Relatório Brundtland: Nosso futuro comum**. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-commonfuture.pdf>. Acesso em: 30 de março de 2022.

DUARTE, Fábio. **Planejamento Urbano**. 2ª. ed. rev. atual. e aum. Curitiba: IBPEX, 2011. 199 p. ISBN 978-85-7838-839-3

GARCIAS, C. M.; BERNARDI, J. L. AS FUNÇÕES SOCIAIS DA CIDADE. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, [S. l.], v. 4, n. 4, 2008. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/48>. Acesso em: 9 ago. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Jataúba**. [S. l.]: IBGE CIDADES, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/jatauba/panorama>. Acesso em: 10 ago. 2022

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. 7ª. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020. 510 p. ISBN 978-85-7827-421-4.

JARDIM, Thiago. **Como o planejamento urbano afeta a economia das cidades**. [S. l.]: Caos Planejado, 23 ago. 2019. Disponível em: <https://caosplanejado.com/como-o-planejamento-urbano-afeta-a-economia-das-cidades/>. Acesso em: 11 jul. 2022.

JATAÚBA, PE. *In*: PNUD BRASIL. ATLAS BRASIL. **Jataúba, PE**. [S. l.], 2021. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/260800#sec-demografia>. Acesso em: 10 ago. 2022.

Lima, Sílvia Maria Santana Andrade, Lopes, Wilza Gomes Reis e Façanha, Antônio Cardoso. Desafios do planejamento urbano na expansão das cidades: entre planos e realidade. **Revista Brasileira de Gestão Urbana [online]**. 2019, v. 11 [Acessado 3 Outubro 2022] , e20180037. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180037>>. Epub 12 Set 2019. ISSN 2175-3369. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180037>.

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. 1. ed. Rio de Janeiro: BNDES, 2001. 232 p. ISBN 85-87545-02-7. Disponível em: [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2062/1/Desenvolvimento%20Economico%20Local\\_P.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2062/1/Desenvolvimento%20Economico%20Local_P.pdf). Acesso em: 11 jul. 2022.

MALMEGRIN, Maria Leonídia. **Redes públicas de cooperação local**. 3. ed. rev. e atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2014. 134 p. ISBN 978-85-7988-226-5.

MELLO, Leonardo José Amaral. (2018). **Desenvolvimento Local e Sustentabilidade** (Apostila do curso Políticas Públicas e Governo Local da Enap – Escola Nacional de Administração Pública). Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3841> Acesso em: 11 jul. 2022.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil\\_Amigo\\_Pesso\\_Idosa/Agenda2030.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf). Acesso em: 30 de março de 2022.

ORNÉLAS, Waldeck. Cidades e Municípios: Gestão e Planejamento. Salvador: Vernasce, 2020. 110 p. ISBN 978-65-991038-5-8.

PNUD. Coletânea Territorialização dos ODS – **Guia de Elaboração de Diagnósticos Situacionais Municipais de Indicadores ODS**. Brasília, DF: PNUD, 2021. Disponível em: [https://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/guias/ColetaneaODS\\_livro2\\_PROVA%20FINAL\\_V2.pdf](https://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/guias/ColetaneaODS_livro2_PROVA%20FINAL_V2.pdf) . Acesso em: 31 de março de 2022.

RIBEIRO, Luíz Cesar de Queiróz; CARDOSO, Adauto Lucio (org.). **Reforma Urbana e Gestão Democrática**: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. 2. ed. Rio de Janeiro: REVAN, Junho 2012. 192 p. ISBN 85-7106-265-X.

SANTOS, G. N.; BOSELLI, G.; Enap. **Agenda para o desenvolvimento sustentável**: conceitos, mobilização e articulação. Apostila. Agenda para o desenvolvimento sustentável. (Escola Nacional de Administração Pública). Brasília, 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: Uma Introdução Crítica ao planejamento e a gestão urbanas. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 558 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 192 p. ISBN 978-85-286-1013-0.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (Pernambuco). Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. Produto Interno Bruto dos Municípios. Recife-PE, 2019. Disponível em: <http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/municipal>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (Pernambuco). Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDHM). Recife-PE, 2010. Disponível em: <http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/indice-de-desenvolvimento-humano-municipal-idhm>. Acesso em: 15 ago. 2022.



## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030

Nº	ODS	Descrição
1	Erradicação Da Pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
2	Fome Zero e Agricultura Sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
3	Saúde e Bem – Estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
4	Educação de Qualidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
5	Igualdade de Gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
6	Água Potável e Saneamento	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos
7	Energia Acessível e Limpa	Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia
8	Trabalho Decente E Crescimento Econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos
9	Indústria, Inovação e Infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
10	Redução das Desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
11	Cidades e Comunidades Sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
12	Consumo e Produção Responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
13	Ação contra a Mudança Global do Clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos
14	Vida na Água	Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
15	Vida Terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
17	Parcerias e Meios de Implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

**Quadro 1: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Fonte: Elaborada pela autora com base em dados das Nações Unidas, (2022)**

## APÊNDICE B – METAS PARA O 11º OBJETIVO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### 11 ODS - CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

- 11.1. até 2030, garantir o acesso de todos a habitação adequada, segura e a preço acessível, e aos serviços básicos, bem como assegurar o melhoramento das favelas
- 11.2. até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos
- 11.3. até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todos os países
- 11.4. fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo
- 11.5. até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e diminuir substancialmente as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade
- 11.6. até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros
- 11.7. até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência
- 11.a. apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento
- 11.b. até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação à mudança do clima, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015- 2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis
- 11.c. apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais

Quadro 2: 11 OBS. Elaborada pela autora com base em dados das Nações Unidas

APÊNDICE C – Municípios pernambucanos com população estimada para 2021, suas regiões de desenvolvimento, PIB per capita de 2019 e a colocação dos municípios no Ranking do IDHM.

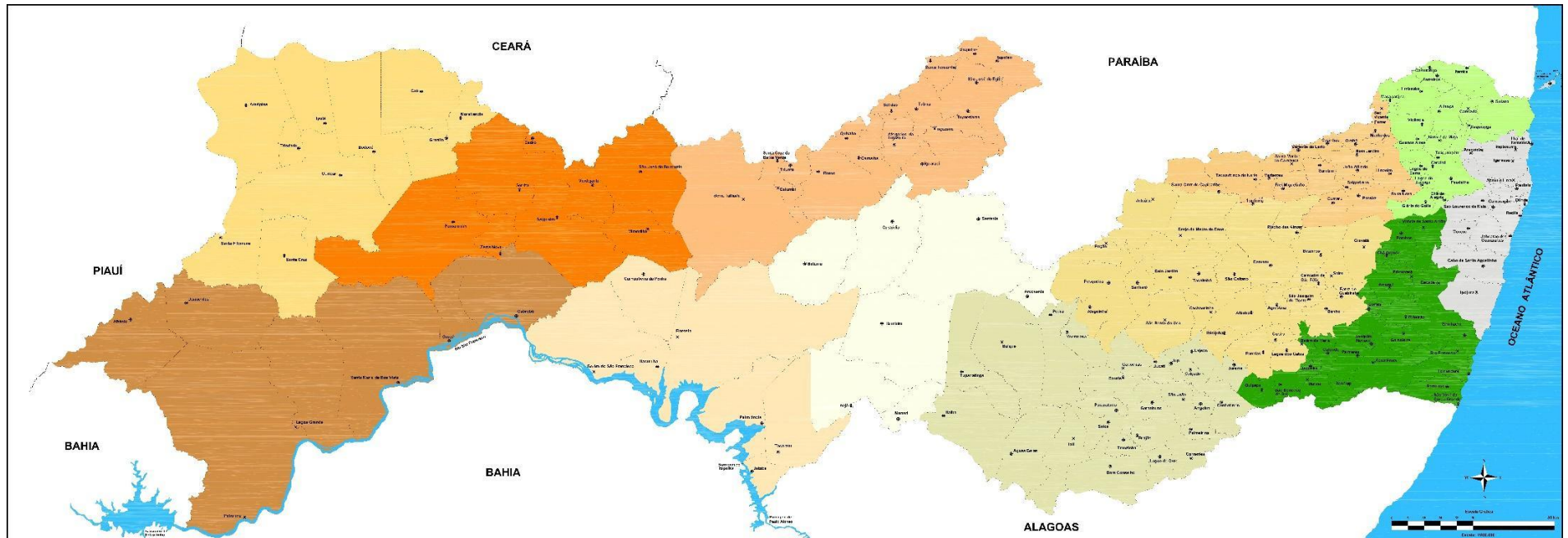
<b>NOME DO MUNICÍPIO</b>	<b>POP. EST. 2021</b>	<b>RD</b>	<b>PIB/PC 2019 (R\$)</b>	<b>RANKING IDHM 2010</b>
Fernando de Noronha	3.140	Metropolitana	63.035	1º
Ingazeira	4.537	Sertão do Pajeú	8.327	59º
Itacuruba	5.013	Sertão de Itaparica	12.605	88º
Calumbi	5.744	Sertão do Pajeú	8.935	134º
Solidão	6.034	Sertão do Pajeú	7.656	111º
Quixaba	6.796	Sertão do Pajeú	8.277	120º
Terezinha	7.227	Agreste Meridional	9.191	165º
Brejinho	7.489	Sertão do Pajeú	8.276	128º
Palmeirina	7.509	Agreste Meridional	9.447	160º
Vertente do Lério	7.526	Agreste Setentrional	8.852	144º
Granito	7.586	Sertão do Araripe	9.303	87º
Ibirajuba	7.773	Agreste Central	8.260	115º
Tuparetama	8.266	Sertão do Pajeú	10.077	33º
Camutanga	8.592	Mata Norte	16.811	60º
Brejão	8.981	Agreste Meridional	19.502	164º
Cumarú	9.494	Agreste Setentrional	8.819	132º
Verdejante	9.572	Sertão Central	7.927	64º
Sairé	9.600	Agreste Central	13.749	110º
Terra Nova	10.314	Sertão Central	6.990	80º
Calçado	10.983	Agreste Meridional	9.268	141º
Maraial	11.098	Mata Sul	7.494	171º
Salgadinho	11.214	Agreste Setentrional	6.564	170º
Moreilândia	11.269	Sertão do Araripe	7.504	77º
Angelim	11.301	Agreste Meridional	12.368	131º
Poção	11.308	Agreste Central	7.649	175º
Jucati	11.545	Agreste Meridional	10.107	158º
Paranatama	11.608	Agreste Meridional	19.050	168º
Jaqueira	11.632	Mata Sul	8.487	127º
Santa Terezinha	11.914	Sertão do Pajeú	7.678	93º
Cedro	11.972	Sertão Central	8.188	46º
Belém de Maria	12.169	Mata sul	7.036	118º
Iguaracy	12.265	Sertão do Pajeú	7.966	84º
Cortês	12.543	Mata sul	9.156	138º
Santa Cruz da Baixa Verde	12.708	Sertão do Pajeú	7.789	49º
Betânia	12.811	Sertão do Moxotó	7.165	148º
Tacaimbó	12.843	Agreste Central	15.518	150º

Carnaubeira da Penha	13.117	Sertão de Itaparica	6.308	129°
Buenos Aires	13.224	Mata Norte	8.499	95°
Lagoa do Ouro	13.300	Agreste Meridional	9.179	179°
Itapetim	13.492	Sertão do Pajeú	8.350	101°
Chã de Alegria	13.641	Mata Norte	11.925	68°
Tracunhaém	13.856	Mata Norte	9.336	63°
Santa Maria do Cambucá	14.308	Agreste Setentrional	7.845	163°
Casinhas	14.395	Agreste Setentrional	6.647	139°
Barra de Guabiraba	14.632	Agreste Central	9.413	121°
Santa Filomena	14.645	Sertão do Araripe	6.988	172°
Xexéu	14.789	Mata sul	8.629	153°
Alagoinha	14.798	Agreste Central	9.579	81°
Jatobá	14.904	Sertão de Itaparica	8.858	26°
Jupi	15.007	Agreste Meridional	11.466	125°
Primavera	15.231	Mata sul	11.188	116°
Triunfo	15.232	Sertão do Pajeú	9.721	12°
Orocó	15.309	Sertão do São Francisco	12.588	52°
Jurema	15.483	Agreste Meridional	7.134	184°
Mirandiba	15.548	Sertão Central	10.321	103°
Frei Miguelinho	15.633	Agreste Setentrional	8.208	122°
Santa Cruz	15.713	Sertão do Araripe	7.884	159°
Saloá	15.880	Agreste Meridional	8.278	147°
Joaquim Nabuco	15.999	Mata sul	8.369	151°
São Benedito do Sul	16.239	Mata sul	6.491	174°
Lagoa dos Gatos	16.345	Agreste Central	6.896	156°
Machados	16.549	Agreste Setentrional	11.828	119°
Itaquitinga	17.056	Mata Norte	8.220	108°
Jataúba	17.305	Agreste Central	7.890	173°
São Vicente Férrer	18.150	Agreste Setentrional	15.172	161°
Correntes	18.327	Agreste Meridional	9.569	169°
Lagoa do Carro	18.429	Mata Norte	15.816	55°
Venturosa	18.835	Agreste Meridional	11.367	100°
Camocim de São Félix	19.032	Agreste Central	8.824	107°
Serrita	19.226	Sertão Central	7.221	90°
Dormentes	19.246	Sertão do São Francisco	11.669	105°
Iati	19.284	Agreste Meridional	9.130	176°
Carnaíba	19.666	Sertão do Pajeú	8.061	112°
Afrânio	19.981	Sertão do São Francisco	8.664	106°

Fonte: Elaborada pela Autora do trabalho.

## ANEXOS

### ANEXO A – Mapa De Divisões das Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco



#### LEGENDA

Rd Sertão do Ararpe	Rd Agreste Setentrional
Rd Sertão Central	Rd Agreste Central
Rd Sertão do Pajéu	Rd Agreste Meridional
Rd Sertão do São Francisco	Rd Mata Norte
Rd Sertão de Itaparica	Rd Mata Sul
Rd Sertão do Moxotó	Rd Metropolitana

## ANEXO B – Ranking municipal do IDHM

**Rankind do IDHM, por municípios - Pernambuco - 2010**

Posição °	Municípios	Ranking			
		IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
1 °	Fernando de Noronha	0.788	0.781	0.839	0.748
2 °	Recife	0.772	0.798	0.825	0.698
3 °	Olinda	0.735	0.704	0.836	0.675
4 °	Paulista	0.732	0.673	0.830	0.703
5 °	Jaboatão dos Guararapes	0.717	0.692	0.830	0.642
6 °	Petrolina	0.697	0.695	0.799	0.611
7 °	Camaragibe	0.692	0.656	0.805	0.628
8 °	Cabo de Santo Agostinho	0.686	0.654	0.812	0.609
9 °	Carpina	0.680	0.630	0.806	0.619
10 °	Abreu E Lima	0.679	0.625	0.791	0.632
11 °	Caruaru	0.677	0.681	0.799	0.569
12 °	Triunfo	0.670	0.624	0.817	0.591
13 °	Salgueiro	0.669	0.645	0.799	0.580
14 °	Arcoverde	0.667	0.654	0.799	0.567
15 °	Igarassu	0.665	0.622	0.781	0.606
16 °	Garanhuns	0.664	0.662	0.795	0.556
17 °	Limoeiro	0.663	0.628	0.797	0.583
18 °	Nazaré da Mata	0.662	0.608	0.789	0.604
19 °	Serra Talhada	0.661	0.632	0.800	0.571
20 °	Afogados da Ingazeira	0.657	0.623	0.807	0.565
21 °	Ilha de Itamaracá	0.653	0.627	0.809	0.548
21 °	São Lourenço da Mata	0.653	0.614	0.793	0.571
23 °	Moreno	0.652	0.610	0.805	0.564
24 °	Goiana	0.651	0.614	0.779	0.576
25 °	Santa Cruz do Capibaribe	0.648	0.667	0.806	0.506
26 °	Jatobá	0.645	0.604	0.775	0.573
27 °	Belém do São Francisco	0.642	0.611	0.784	0.553
28 °	Taquaritinga do Norte	0.641	0.636	0.796	0.520
29 °	Vitória de Santo Antão	0.640	0.629	0.768	0.543
30 °	Paudalho	0.639	0.612	0.782	0.545
31 °	São José do Egito	0.635	0.602	0.769	0.554
31 °	Surubim	0.635	0.617	0.756	0.548
33 °	Tuparetama	0.634	0.612	0.749	0.557
33 °	Gravatá	0.634	0.630	0.794	0.510
35 °	Itapissuma	0.633	0.589	0.764	0.564
36 °	Escada	0.632	0.594	0.781	0.543
37 °	Belo Jardim	0.629	0.617	0.783	0.514
38 °	Floresta	0.626	0.588	0.775	0.538
39 °	Cabrobó	0.623	0.581	0.773	0.539
39 °	Petrolândia	0.623	0.604	0.755	0.531
41 °	Palmares	0.622	0.588	0.744	0.550
41 °	Ferreiros	0.622	0.589	0.787	0.519
43 °	Ipojuca	0.619	0.613	0.774	0.499
44 °	Toritama	0.618	0.655	0.797	0.452

Rankind do IDHM, por municípios - Pernambuco - 2010

Posição °	Municípios	Ranking			
		IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
44 °	Timbaúba	0.618	0.592	0.769	0.519
46 °	Cedro	0.615	0.565	0.717	0.573
47 °	Rio Formoso	0.613	0.562	0.809	0.506
47 °	Sertânia	0.613	0.601	0.752	0.510
49 °	Santa Cruz da Baixa Verde	0.612	0.557	0.786	0.523
50 °	Lajedo	0.611	0.599	0.758	0.503
51 °	Orobó	0.610	0.545	0.787	0.528
51 °	Orocó	0.610	0.536	0.766	0.553
51 °	São José do Belmonte	0.610	0.569	0.769	0.520
51 °	Pesqueira	0.610	0.597	0.751	0.506
55 °	Lagoa do Carro	0.609	0.566	0.789	0.505
55 °	Macaparana	0.609	0.571	0.778	0.508
55 °	Catende	0.609	0.578	0.760	0.515
58 °	São José da Coroa Grande	0.608	0.585	0.736	0.522
58 °	Ingazeira	0.608	0.575	0.766	0.510
60 °	Camutanga	0.606	0.570	0.760	0.514
60 °	Bezeros	0.606	0.608	0.752	0.487
62 °	Vicência	0.605	0.551	0.754	0.534
62 °	Tracunhaém	0.605	0.567	0.776	0.504
62 °	Verdejante	0.605	0.560	0.760	0.520
62 °	Tabira	0.605	0.570	0.770	0.504
66 °	Aliança	0.604	0.565	0.799	0.488
66 °	Glória do Goitá	0.604	0.570	0.765	0.506
66 °	Chã de Alegria	0.604	0.546	0.762	0.529
69 °	Sanharó	0.603	0.564	0.758	0.514
70 °	Condado	0.602	0.581	0.713	0.527
70 °	Araripina	0.602	0.595	0.785	0.467
70 °	Gameleira	0.602	0.541	0.759	0.532
70 °	Bom Jardim	0.602	0.552	0.767	0.515
70 °	Lagoa de Itaenga	0.602	0.555	0.774	0.509
70 °	Ribeirão	0.602	0.595	0.711	0.516
76 °	Feira Nova	0.600	0.581	0.807	0.460
76 °	Moreilândia	0.600	0.522	0.768	0.540
78 °	Parnamirim	0.599	0.556	0.776	0.499
78 °	Chã Grande	0.599	0.603	0.803	0.443
78 °	Terra Nova	0.599	0.545	0.741	0.533
78 °	Alagoinha	0.599	0.569	0.801	0.472
82 °	Pombos	0.598	0.584	0.790	0.463
82 °	Altinho	0.598	0.559	0.792	0.482
82 °	Iguaracy	0.598	0.580	0.770	0.480
85 °	Lagoa Grande	0.597	0.581	0.705	0.520
85 °	Sirinhaém	0.597	0.568	0.763	0.492
87 °	Granito	0.595	0.543	0.773	0.502
87 °	Itacuruba	0.595	0.567	0.712	0.523

Rankind do IDHM, por municípios - Pernambuco - 2010

Posição °	Municípios	Ranking			
		IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
87 °	Trindade	0.595	0.602	0.768	0.455
87 °	Serrita	0.595	0.542	0.760	0.512
91 °	Custódia	0.594	0.607	0.706	0.489
92 °	São Bento do Una	0.593	0.593	0.789	0.446
92 °	Santa Terezinha	0.593	0.540	0.737	0.524
92 °	Tamandaré	0.593	0.583	0.745	0.479
92 °	Buenos Aires	0.593	0.556	0.778	0.481
96 °	Cupira	0.592	0.601	0.763	0.453
96 °	Agrestina	0.592	0.581	0.760	0.470
96 °	Passira	0.592	0.559	0.763	0.487
96 °	Araçoiaba	0.592	0.544	0.765	0.498
96 °	Venturosa	0.592	0.570	0.751	0.484
96 °	Itapetim	0.592	0.598	0.704	0.494
102 °	São Caitano	0.591	0.583	0.756	0.469
102 °	Mirandiba	0.591	0.512	0.769	0.525
104 °	Santa Maria da Boa Vista	0.590	0.564	0.773	0.472
105 °	Dormentes	0.589	0.558	0.741	0.495
106 °	Afrânio	0.588	0.542	0.761	0.493
106 °	Camocim de São Félix	0.588	0.585	0.738	0.472
108 °	Itaquitinga	0.586	0.554	0.715	0.509
108 °	Barreiros	0.586	0.561	0.730	0.491
110 °	Sairé	0.585	0.581	0.784	0.440
110 °	Solidão	0.585	0.547	0.755	0.485
112 °	Carnaíba	0.583	0.540	0.727	0.505
113 °	Vertentes	0.582	0.602	0.728	0.450
114 °	Amaraji	0.580	0.575	0.748	0.454
114 °	Ibirajuba	0.580	0.545	0.753	0.476
114 °	Primavera	0.580	0.572	0.767	0.444
117 °	Cachoeirinha	0.579	0.587	0.753	0.439
118 °	Belém de Maria	0.578	0.537	0.749	0.479
118 °	Machados	0.578	0.541	0.767	0.466
120 °	Quixaba	0.577	0.530	0.752	0.482
120 °	Barra de Guabiraba	0.577	0.558	0.726	0.474
122 °	Frei Miguelinho	0.576	0.575	0.758	0.438
122 °	João Alfredo	0.576	0.569	0.720	0.466
122 °	Exu	0.576	0.543	0.775	0.454
125 °	Jupi	0.575	0.560	0.698	0.487
125 °	Itambé	0.575	0.566	0.727	0.463
125 °	Jaqueira	0.575	0.557	0.751	0.454
128 °	Brejinho	0.574	0.563	0.681	0.493
129 °	Carnaubeira da Penha	0.573	0.491	0.755	0.508
129 °	Tacaratu	0.573	0.521	0.711	0.507
131 °	Angelim	0.572	0.555	0.751	0.448
131 °	Cumarú	0.572	0.553	0.720	0.470



Rankind do IDHM, por municípios - Pernambuco - 2010

Posição °	Municípios	Ranking			
		IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
131 °	Ouricuri	0.572	0.578	0.773	0.419
134 °	Calumbi	0.571	0.567	0.715	0.460
135 °	Riacho das Almas	0.570	0.586	0.757	0.418
135 °	São João	0.570	0.565	0.768	0.426
137 °	Panelas	0.569	0.546	0.778	0.433
138 °	Cortês	0.568	0.541	0.707	0.478
139 °	Casinhas	0.567	0.518	0.721	0.489
139 °	Pedra	0.567	0.550	0.743	0.445
141 °	Calçado	0.566	0.529	0.731	0.468
142 °	Bodocó	0.565	0.543	0.745	0.445
143 °	Bom Conselho	0.563	0.585	0.704	0.433
143 °	Vertente do Lério	0.563	0.532	0.726	0.461
145 °	Brejo da Madre de Deus	0.562	0.581	0.734	0.417
146 °	Bonito	0.561	0.559	0.754	0.420
147 °	Saloá	0.559	0.559	0.744	0.421
147 °	Betânia)	0.559	0.533	0.742	0.441
149 °	Flores	0.556	0.544	0.745	0.423
150 °	Tacaimbó	0.554	0.536	0.748	0.423
150 °	Joaquim Nabuco	0.554	0.561	0.676	0.449
152 °	Água Preta	0.553	0.514	0.761	0.432
153 °	Xexéu	0.552	0.549	0.703	0.436
153 °	Quipapá	0.552	0.530	0.743	0.427
153 °	Ibimirim	0.552	0.533	0.706	0.446
156 °	Lagoa dos Gatos	0.551	0.555	0.725	0.416
157 °	Ipubi	0.550	0.541	0.712	0.433
157 °	Jucati	0.550	0.541	0.681	0.451
159 °	Santa Cruz	0.549	0.522	0.722	0.438
159 °	Palmeirina	0.549	0.554	0.681	0.438
159 °	São Vicente Ferrer	0.549	0.558	0.715	0.414
159 °	Capoeiras	0.549	0.529	0.746	0.419
163 °	Santa Maria do Cambucá	0.548	0.571	0.735	0.393
164 °	Brejão	0.547	0.540	0.725	0.417
165 °	Terezinha	0.545	0.536	0.711	0.425
166 °	Canhotinho	0.541	0.543	0.725	0.403
167 °	São Joaquim do Monte	0.537	0.549	0.741	0.381
167 °	Paranatama	0.537	0.528	0.703	0.418
169 °	Correntes	0.536	0.551	0.726	0.385
170 °	Salgadinho	0.534	0.516	0.730	0.405
170 °	Maraial	0.534	0.541	0.698	0.403
172 °	Santa Filomena	0.533	0.496	0.752	0.406
173 °	Jataúba	0.530	0.549	0.712	0.381
173 °	São Benedito do Sul	0.530	0.499	0.736	0.406
175 °	Poção	0.528	0.542	0.677	0.402
175 °	Iati	0.528	0.518	0.768	0.369

**Rankind do IDHM, por municípios - Pernambuco - 2010**

Posição °	Municípios	Ranking			
		IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
177 °	Buíque	0.527	0.497	0.746	0.395
178 °	Águas Belas	0.526	0.546	0.691	0.385
179 °	Lagoa do Ouro	0.525	0.536	0.733	0.369
180 °	Inajá	0.523	0.503	0.711	0.400
181 °	Caetés	0.522	0.497	0.732	0.392
182 °	Tupanatinga	0.519	0.494	0.747	0.379
183 °	Itaíba	0.510	0.531	0.688	0.364
184 °	Jurema	0.509	0.522	0.681	0.372
185 °	Manari	0.487	0.477	0.682	0.354

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada/Fundação João Pinheiro.

Nota: Faixas de desenvolvimento humano

Muito Alto	0,800 - 1.000
Alto	0,700 - 0,799
Médio	0,600 - 0,699
Baixo	0,500 - 0,599
Muito Baixo	0,000 - 0,499